

**Tristes Lusotropicalismos: uma leitura
de *Natureza Morta*, de José-Augusto
França e de *Terra Morta*, de Castro
Soromenho¹**

Margarida Calafate Ribeiro

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
Portugal

Em 1892, no seu livro sobre a *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua – Meteorologia, Climatologia e Colonização*, Henrique Augusto Dias de Carvalho em carta-agradecimento ao Conselheiro Júlio de Vilhena escrevia:

Sabe V. Ex^{cia} muito bem que dous principios se teem posto em evidencia entre as nações colonisadoras, mas inteiramente oppostos, com respeito ás terras intertropicaes: um, substituir o seu indígena pelo individuo da raça branca para transformar o territorio que aquelle ocupa, e o fim é, a extinção da raça prêta; o outro aproveitar o indígena como elemento natural do trabalho, preparando com elle a aclimação da raça branca para com o tempo se confundirem os sangues das duas raças, sendo o fim, o bem de toda a humanidade.²

Longe deste colonialismo pré-lusotropical

expresso por Henrique Carvalho, estava Germano Correia, médico, cientista, autor de inúmeros livros sobre a colonização portuguesa, hoje caídos no esquecimento. Cristiana Bastos propôs-nos uma leitura da sua obra, para nela revisitarmos o fantasma da raça na história da colonização portuguesa, através da identidade dos luso-descendentes na Índia a quem Germano Correia passou um *pedigree* identitário intocável baseado na antropologia física e antropometria, e apoiado na pureza do sangue, na genealogia, na classe e na brancura da pele.³ Pela mesma época Mendes Corrêa, grande impulsor da antropologia física em Portugal abria a sua comunicação ao 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial no Porto (1934)⁴ – “Os Mestiços nas Colónias Portuguesas” – citando passagens do romance *Ana A Kalunga*, de Hipólito Raposo, em que se refere o mestiço como “um ser imprevisto no plano do mundo, uma experiência infeliz dos portugueses.”⁵ Muito pouco tempo depois, do outro lado do mundo e em espaços herdeiros desse mesmo império, Gilberto Freyre desenvolvia teorias radicalmente diferentes sobre a adaptação dos portugueses aos trópicos e, de alguma forma próximas de algumas das soluções apresentadas por Henrique de Carvalho, no texto acima citado. Aquilo que Germano Correia, na Índia portuguesa, pretendia ignorar e que Mendes Correia criticava como uma prova do fracasso da colonização – o mestiço – era elevado por Gilberto Freyre, no Brasil, a prova superior da

colonização portuguesa.⁶ Nada mais longínquo da ideologia salazarista, mas como é sabido, a adaptação do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre foi a “fórmula mágica”⁷ adoptada pelo regime como resposta à incómoda situação internacional que se gerara em seu torno a partir dos anos 50, deixando este luso-descendente da Índia, criador “científico” da fantasia imperial da raça, como um inconveniente fantasma para a memória da cultura colonial portuguesa, entretanto repensada e re-escrita sob a forma das fantasias lusotropicalais.

Mas talvez outra fosse a realidade do império português, como mostrou o polémico relatório de Henrique Galvão sobre as condições de trabalho forçado dos indígenas em Angola, publicado em 1947, ou como denuncia Alda do Espírito Santo em “Luas de África”, publicado na revista *Mensagem*, em 1949:

África, esse grande continente de calor, essa terra de gente escura, de flora ridente e esquisita, de clima tropical, é África de histórias, de lendas, de mistérios, de selvas e selvas sem fim, para muita gente que vê África através dos livros de aventuras e de páginas da imaginação.

Eu não vejo essa África. Vejo a África real e abraço no meu problema os luas escondidos dessa terra prodigiosa, de séculos de esquecimento.⁸

A dar corpo a esta visão da poetisa estariam muitos dos seus camaradas da Casa dos Estudantes do Império, que desde esta altura tiveram um papel fundamental na construção de uma visão plurifacetada de África, que vai pôr em causa as imagens construídas pelo Estado Novo e registadas no imaginário colonial português. Mas a estas representações de África que, a seu tempo, iriam evoluir

para a construção de uma identidade cultural e nacional, que seria o pano de fundo das lutas de libertação, podemos associar autores como Castro Soromenho, de *Terra Morta*, José-Augusto França, de *Natureza Morta*, alguma poesia de Ruy Cinatti e de Francisco José Tenreiro, livros como *A Primeira Viagem*, de Maria da Graça Azambuja e tantos outros. Não quero com isto dizer que todos estes livros, vindos de África ou sobre África, são contra o regime ou contra a ideia de uma África portuguesa, mas são certamente narrativas que apontam para uma desmistificação da ideia de África cheia de heróis épicos de pacotilha e sonhos de fortuna, a que se juntava a cor local do exotismo e mistério, como aparece nos romances colonialistas afectos à ideologia do Estado Novo. Nas suas várias representações simbólicas estes escritos são sobretudo espaços onde se reflecte a ambiguidade da ideologia colonial salazarista. Assim, sob o título “Eu Não Vejo Essa África” podemos também colocar os textos que revelam outras imagens de África que a ambiguidade da situação colonial foi a seu tempo gerando, demonstrando assim que, como defende Homi Bhabha,⁹ a hegemonia do poder colonial nunca é completa, nem mesmo naqueles espaços que estão rodeados de “muros de silêncio”, como era o caso das colónias portuguesas, nas palavras de Amílcar Cabral.

Publicados em 1949, *Natureza Morta*, escrito por um metropolitano que viveu em Angola, narra-nos a história de Júlia, uma jovem professora da pequena burguesia lisboeta em busca do sonho amoroso africano e a realidade frustrante da sua brutal aventura. *Terra Morta*, de Castro Soromenho, um mestiço, nascido em Moçambique e residente em Angola, evoca-nos a vida dos colonos portugueses e das suas relações com as popu-

lações negras e mestiças na aldeia de Camaxilo, na Lunda decadente da borracha e antes da ascensão dos diamantes. Os romances aparecem-nos desde o primeiro momento unidos pelo título evocativo da ideia de morte.¹⁰ As suas acções situam-se em terra africana e as histórias narradas reflectem o reverso do exotismo tradicional da literatura colonial, no sentido paisagístico e humano. *Terra Morta* e *Natureza Morta* não evocavam apenas a agressividade da paisagem do interior angolano, onde só há “abandono, doenças e febre”, ou a violência do clima tropical que consome o corpo delicado das mulheres brancas, mas evocavam também uma natureza e condição humanas alienadas e asfixiadas pelas condições sociais geradas pelo colonialismo, como se esta natureza agressiva se apoderasse dos corpos tornando os homens tão agressivos como ela. São disto exemplo os colonos de vida esvaziada da sociedade, representada em *Natureza Morta*, analisada por um dos seus membros, Matos:

Vida de Cão! Farto daquela porcaria toda!

E ali estava, aos quarenta e cinco anos, perdido no raio daquela fazenda, a mais de vinte léguas de Luanda e não sabia quantos milhares de quilómetros de Lisboa. Ali estava – e pronto. Nem queria saber para quê, nem porquê. (...) Mas o amigo [Santos] quase não dizia palavra, cada vez mais fechado dentro de si, doente e velho, e com aquele miúdo enfezado sempre a caminho de Luanda. E a mulher, muito caída, dura, enervada pelo ambiente, pela falta de sorte, por aquelas vidas de cão.¹¹

São disto exemplo os colonos de *Terra Morta*, atirados pela vida para os sertões africanos, fugidos da miséria das aldeias portuguesas que o Estado Novo tinha apresentado como paraísos de

felicidade e inocência na Exposição do Mundo Português: os velhos colonos que viviam com negras e com os seus filhos mulatos na povoação de baixo e os novos colonos que habitavam a povoação de cima. Abridados à sombra do posto administrativo, onde “só se encontravam espingardas de carregar pela boca, ferrugentas e sem pistão”¹² e supostos agentes de uma nebulosa metrópole, os colonos de Camaxilo vão aqui construindo as suas casas “brancas de cal e cobertas de zinco”,¹³ repetindo retóricas imperialistas em que já não acreditam, mas que intuem como essenciais para que o seu pequeno mundo se mantenha, não porque nele se sintam a construir o império português, mas muito prosaicamente porque esse é o seu mundo, e não há outro para onde ir. Esse é o caso dos novos colonos casados com brancas e dos velhos colonos de *Terra Morta* e, de forma semelhante, de António Gomes, marido de Júlia, de *Natureza Morta* e dos outros colonos desta narrativa.

Eu vim para cá porque não arranjei vida na minha terra. E isto é português, c’os diabos! (...) Nós éramos oito irmãos, seis raparigas e dois rapazes, e olha que um pequeno lavrador com tantos filhos é tão pobre como um cavador. Comi muito caldo com um pedaço de broa, que é que vocês julgam. (...) À minha terra é que nunca mais volto. (...) Eu bem sei que vocês dizem que isto é vida de porco. Quero lá saber se é ou não é. Cada um trata da sua vida. A mim nunca ninguém me deu nada. (na voz de Valadas)¹⁴

Tudo isso queria dizer vinte e seis anos de África. Dezassete em S.Tomé, e quase nove em Angola. Nem uma única vez voltara à metrópole. (...) Porque havia de valer a pena a viagem? No outro

extremo do mar estava a terra donde tinham partido, e era uma terra alheia. Com o tempo, o que os ligara a essa terra, tornara-se numa mentira que, às vezes, ainda repetiam, mas em que não acreditavam já. As suas vidas acabavam por perder toda a memória.¹⁵

Ao contrário do que a propaganda fazia crer, a imagem que os colonos tinham do país deixado para trás nada tinha dos brilhos das metrópoles europeias imaginadas no meio do sertão africano, mas a rudeza e simplicidade de uma terra pobre e sem esperança, de onde se viram forçados a sair em busca de melhor vida. A vida que encontraram também nada parece ter a ver com a vida colonial idealizada nas metrópoles ocidentais, transformando-se assim uma aventura de colonização numa prosaica fuga rumo à emigração, mas apesar de tudo com tons coloniais, o que lhes permitia canalizarem a sua revolta e frustração para os mulatos e os negros, que absurdamente responsabilizavam pela desgraça que era a sua e, acima de tudo, a deles.

Pela veia narrativa de Castro Soromenho e de José-Augusto França era assim reenviada à metrópole não a imagem espelho de Portugal além-mar concebida na Exposição do Mundo Português dos heróis civilizadores portugueses ou dos Rodrigues e Daniéis das aventuras dos romances coloniais felizes, mas a de um grupo de gente brutal “amargurada, sem esperanças, impotente na sua revolta”¹⁶ em tensão com os negros miseráveis e com os mulatos, a quem Soromenho confere um igual peso no plano da narrativa. Todos, nos diversos escalões sociais, sofrem as intervenções do colonialismo. Por isso, é na obra de Castro Soromenho que a África, como realidade colonial e expressão colonialista, se revela como o espaço preparado para a revolta, visível entre uma consciência africana que despertava nas

personagens mulatas e negras permanentemente humilhadas na sua própria terra e que, da sua marginalidade, iam aterrorizando os brancos no espaço nocturno das suas fogueiras e tambores. E é assim que a ansiedade sobre o Outro revelada na obra, denuncia, no fundo, uma angustiada ansiedade sobre o Mesmo, o seu poder e as suas possibilidades de se manter hegemónico num mundo já em fractura:

É por essas que hoje se vêem negros voltarem-se contra os brancos. Quando eu vim para cá, nem levantavam os olhos. Agora é o que se vê... E qualquer dia correm-nos à porrada.¹⁷

Também a África revelada por José-Augusto França, em *Natureza Morta*, é um espaço de “descentragem dupla” para o colono branco: relativamente à metrópole e relativamente ao mundo negro que a sua posição de poder lhe permite humilhar e desumanizar.¹⁸ E é sobre esta imagem de “angústia do viver colonial”¹⁹ que o espaço romanesco de *Natureza Morta* se desenha e que Júlia evolui. Como muitas mulheres portuguesas destinadas, de acordo com a ideologia do regime, a defender o lar lusitano em África e a sedimentar a obra de colonização, Júlia encontra-se um dia no cais de Luanda à procura de um marido com quem tinha casado por procuração e com quem iria “começar a sua outra vida – no dia-a-dia da sua nova existência, do seu novo mundo”.²⁰ Mas é aí que inicia o seu encontro desencontrado com António Gomes, o seu marido, seu sonho, seu futuro. Pouco depois do encontro no cais, era quase violada pelo marido, num quarto de hotel em Luanda, e levada para um desolador fim do mundo, povoado de pequenos déspotas e arrogantes colonos e de pobres mulheres, como D. Antónia, que a vida tinha arrastado para África, para

o acaso de uma fazenda de açúcar à beira-rio e de negros. Da margem deste mundo colonial que não entende nem aceita, Júlia vai apanhando as peças do seu sonho quebrado, lutando pela vida naquela “África ardente onde os homens tinham perdido a sua condição, onde as mulheres choravam a sua sorte”²¹ e continuando uma aventura de que não haverá retorno.

O mundo, que desde a sua chegada a África a asfixia, acabará por triunfar. Após o brutal “espectáculo” do castigo que conduz ao enforcamento do negro Macuso, símbolo de uma África constantemente agredida, Júlia acabará por se perder e ir na enxurrada daquela natureza africana que sempre a oprimiu. Júlia irá como os torrões de terra das margens levados pelo rio que ela tantas vezes olhava e lhe evocavam “a vida que passava sem remédio, sem perdão, sem esperança”,²² irá envolta na chuva com que aquela terra a cobriu desde o cais de Luanda, engolida pela noite e pela natureza morta de África. O caso de Júlia extrapola o âmbito de uma história pessoal para, no contexto do mundo colonial português que retrata, se tornar a síntese de muitos outros que imaginaram outras Áfricas e nela se perderam: que perderam a sua natureza humana ou que nela perderam os seus sonhos, numa metáfora dos sonhos perdidos de Portugal em África, de que a “África” vivida por Júlia era exemplo, imagem e aviso.

“Aquilo” realmente não era só consigo. Os seus problemas, o seu drama próprio, súbitamente como que tinham sido desviados de um caminho exclusivo e pessoal, passavam a abranger terrivelmente toda a realidade do mundo, passavam a sofrer sob o impulso de uma história exterior, em que ela própria não tinha entrado aparentemente senão como espe-

ctadora, mas na qual, para sempre, ficara vitalmente interessada, na qual se sentia responsabilizada. (...) Aquela era a África, e nunca antes imaginara como que essa África lhe surgiria. E, agora – aquela era a África.²³

Se por volta de 1930, como nota Alberto de Carvalho, o discurso do regime era optimista, reflectindo um Portugal resplandecente em Angola, onde os Rodrigues realizavam euforicamente a ideologia do regime, quinze anos mais tarde em *Natureza Morta*, assistimos à versão disfórica da aventura africana sob o plano diegético e pessimista nas suas significações sócio-ideológicas.²⁴ Eduardo Lourenço sublinha a singular situação deste romance na literatura portuguesa sobre África e na literatura portuguesa em geral e, de facto, embora não seja o único a narrar sonhos coloniais desfeitos e outros desencontros entre a imagem de África projectada na metrópole e a realidade africana, é certo que só em *Natureza Morta* encontramos a desmistificação da “inconsciência imperial de uma colonização desde séculos concebida e pensada como porto de abrigo para sonhos caseiros falidos, de que o de Júlia é a síntese sem redenção”.²⁵ *Natureza Morta* narra a má sorte de Júlia e de tantas outras mulheres que foram desembarcando nas costas de África, mas pela denúncia da agressão sobre África que é feita, o livro ergue-se como um romance-sinal de uma situação que o tempo confessará e revelará problemática, ou mesmo como um manifesto profético, que antecipa a “tragédia de 1961 e os erros de Salazar”.²⁶ O seu fôlego anti-heróico tem uma longa tradição na literatura portuguesa sobre o império, que desde cedo denunciava os abusos da Índia, pela voz de *O Soldado Prático*, de Diogo do Couto, e que parece encontrar uma espécie de epí-

logo avant la lettre neste romance de José-Augusto França que, embora não problematize e denuncie o colonialismo como um acto político, o denuncia como um acto económico e humano de exploração, convertendo assim esta obra numa espécie de “writing back to the centre”,²⁷ dado por um dos seus elementos, como é esclarecido pelo autor na “Nota do Autor. À distância”, escrita em 1979, com que termina a 3ª edição de *Natureza Morta*, publicada em 1982.

Na visão das sociedades coloniais dada por Júlia, de *Natureza Morta*, ou no ambiente de tensão entre negros, mulatos e brancos representado em *Terra Morta*, estamos nos antípodas da imagem do mundo colonial pintado de cor-de-rosa com histórias de sonhos realizados e finais felizes dos Rodrigues e Daniéis, colonos modelo da literatura colonial afecta ao Estado Novo. O espaço colonial de *Natureza Morta* e de *Terra Morta* é outro, e da imagística imperial do Estado Novo ficam umas frases soltas que os colonos de Camaxilo pronunciavam com a convicção de um lugar comum. O espaço colonial aqui retratado é o resultado das políticas de abandono do Estado Novo: os colonos são uns pobres coitados, hierarquizados na sua miséria entre os velhos colonos, pais de filhos mulatos e os novos colonos, sozinhos ou casados com infertéis mulheres brancas; os negros eram “homens nus” ou “tangados”, ou seja, na óptica do regime, parecia continuarem incivilizados, e os mulatos, que ostentavam a duplicidade da sua condição no rosto, eram alvo da desconfiança de todos. Seriam os pobres cipaíes, traidores para os negros e desprezados pelos brancos, o produto “feliz” da missão civilizadora portuguesa? Seria este drama colonial retratado nos romances, a missão colonial portuguesa em África? Seria esta sociedade que, em breve, o Estado Novo

iria eleger como exemplo de multirracionalidade? Como refere Laura Padilha, relativamente às obras da segunda fase de Castro Soromenho, mas num juízo que estendo a *Natureza Morta*, os dois romances “dramatizam a ‘frustração da história’ de que fala Albert Memmi, quando mostra que o colonialismo, ao final do processo terá apodrecido o colonizador e destruído o colonizado”,²⁸ convertendo o espaço colonial numa área de esterilidade e morte anunciada, como evocam os títulos dos romances e a vida de todas as personagens metaforizada na própria infertilidade que afecta os casais de colonos. A única criança branca, filha de Santos e D. Antónia, de *Natureza Morta*, é um menino “enfezado”, sempre doente “a caminho de Luanda”. A fertilidade, dolorosa e sofrida, mas prenúncio de uma nova ordem que deste espaço de morte sairá, situa-se na mãe negra, geradora dos mulatos²⁹ que enchiam a escola, iniciada pelo secretário Jaime Silva, de *Terra Morta*. O sinal de futuro é dado por João Calado, filho de um velho colono e da negra Francisca, que, impotente na sua revolta, incendia o posto administrativo. Símbolo do poder branco na sua terra,³⁰ o posto administrativo era a estrutura que era preciso destruir, o que claramente acusa já um mundo em fractura subterrânea, mas que aparenta manter-se num impasse histórico, expresso durante o dia pelo “manejo do cavalo-marinho ou da palmatória que flagelam ininterruptamente os corpos de negros e, às vezes, de mulatos” e de noite, pelos batuques e pelas danças dos negros em volta das fogueiras, enquanto os brancos se refugiavam nos espaços protegidos das suas casas ou no espaço, altivo, mas já híbrido, das suas varandas.³¹

Como observa Vasco Serra, personagem de um outro livro de Castro Soromenho, *A Chaga*,

“A realidade em África é toda ao contrário da propaganda que dela fazem em Portugal, o que não admira, porque há duas Áfricas, a dos negros e a dos colonialistas”.³² E é essa sociedade plurifacetada, onde, como já dizia Padre António Vieira referindo-se ao Brasil colonial, homens andavam buscando como “hão-de comer e como se hão-de comer”,³³ que José Augusto França e Castro Soromenho retratam, na violência e na desumanidade do “mundo que o português criou”, situando a sua denúncia não nos centros citadinos, que sempre aterrorizaram Salazar como espaços de insubordinação ou deboche, mas nos mais recônditos espaços rurais e de pequeno comércio onde se pretendia continuar a imaginar as fazendas dos Rodrigues e Estelas felizes.³⁴ Como sugere o texto de Alda Espírito Santo, há, de facto, e para além das Áfricas dos negros e dos colonialistas evocadas por Vasco, a África dos mulatos de que João Calado, de *Terra Morta*, é sinal, e ainda a África do regime, que também não é a mesma da imaginada pela mentalidade popular, de que Júlia é exemplo, até se deparar com “Aquela África”, nas suas palavras. Mas não eram só as Áfricas que aqui se questionavam, era a nebulosa metrópole de que todos estes colonos eram supostamente agentes, mas da qual já não pareciam constituir-se como base social de apoio. A metrópole era apenas uma outra terra miserável

e distante. Que metrópole era esta afinal? Estariam todos estes colonos, negros e mulatos de fora dessa “comunidade imaginada” imperial, traçada na estreiteza do Terreiro do Paço?

A solução da fusão da raça preta e da raça branca para bem da humanidade, preconizada por Henrique Carvalho, em 1892, e que o lusotropicismo parecia anunciar como o novo “encoberto”, que colocaria Portugal na vanguarda do mundo de então, não estava isenta de dor, tensão, luta e mentira. Vista como algo de negativo, próprio de um colonialismo pobre, a retórica da mestiçagem, que o Estado Novo traçou à volta das teorias de Gilberto Freyre, acabaria por se converter no exemplo virtuoso de um colonialismo que fez das suas fraquezas a afirmação da sua diferença.³⁵ Mas, citando e subvertendo um clássico texto de Gilberto Freyre, não se podia fazer uma comunidade com “casa grande e senzala”, nem sob um regime colonial e ditatorial. Após *Terra Morta* e *Natureza Morta*, após o início de um movimento literário vasto e difuso de africanidade de que o texto de Alda Espírito Santo é exemplo, após a Segunda Guerra Mundial e o estremecer do regime na sequência da vitória dos Aliados, após Bandung e o início dos movimentos de descolonização subsequentes, de que império (de que África) poderia Portugal continuar a ser, ou a imaginar-se, centro?

Notas:

1 Este título deve muito a Cristiana Bastos, “Tristes trópicos e alegres lusotropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre”, *Análise Social*, XXXIII, 146/147, 1998, pp. 415-432 e a Miguel Vale de Almeida, “Tristes Luso-Trópicos: Raízes e ramificações dos discursos luso-tropicais”, in *Um Mar da Cor da Terra – Raça, Cultura e Política de Identidade*, Celta, Lisboa, 2000, pp. 161-184.

2 Henrique Augusto Dias de Carvalho, *Expedição Portuguesa ao Muatiãnvua 1884-1888 – Meteorologia-Climatologia-Colonização*, Lisboa: Typographia do jornal “As Colónias Portuguezas”, 1892, p. 2.

3 Cristiana Bastos, “Um Luso-Tropicalismo às Avestas: Colonialismo Científico, Aclimação e Pureza Racial em Germano Correia”, in Margarida Calafate Ribeiro, Ana Paula Ferreira (Org.), *Fantasmata e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*, Porto, Campo das Letras, 2003, pp. 229-255.

4 Mendes Corrêa, “Os mestiços nas colónias portuguesas”, *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, Porto, Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, vol I, pp. 331-349.

5 Mendes Corrêa, *op. cit.*, p. 331.

6 Note-se que neste aspecto os trabalhos de Gilberto Freyre constituem também uma resposta a algumas narrativas de construção da nação brasileira em que o mestiço é desvalorizado. Cf. a título de exemplo Os Sertões, de Euclides da Cunha, nomeadamente o capítulo “Um Parêntese Irritante” e *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo. Sobre o lusotropicalismo veja-se os recentes trabalhos indicados: *Lusotopie*, “Ideologies Coloniales et Identites Nationales dans les Mondes Lusophones”, Paris: Karthala, 1997; Cláudia Castelo, *Um Modo Português de Estar no Mundo...* Porto, Afrontamento, 1998; Cristiana Bastos, “Tristes Trópicos e Alegres Luso-Tropicalismos”, *Análise Social* XXXIII (2-

3), 1998, pp. 415-432; Yves Léonard, “O Império Colonial Salazarista”, in F. Bethencourt e K. Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999; Miguel Vale de Almeida, *Um Mar da Cor da Terra*, Oeiras, Celta, 2001.

7 A expressão é de Ana Calapez Gomes, “Aspectos da ideologia na época das descolonizações”, *Vértice*, 13, Abril, 1989, pp. 70-75.

8 “Luares de África”, in *Mensagem – Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, Ano I, Janeiro, 7, 1949, pp. 1-3. Reeditado in *Mensagem – Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, colecção para a História das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, direcção de Manuel Ferreira, nota prévia de Orlanda Amarflis e introdução de Pires Laranjeira, ALAC, vol. I, 1996.

9 Homi Bhabha defende que o terreno colonial é “uma incubadora de fracturas, ambivalências e uma série de ansiedades (...) e imagens de marginalidade”, Homi K. Bhabha, *The Location of Culture*, Routledge, London and New York, 1994, pp. 66-84.

10 Eduardo Lourenço, *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957 - 1993)*, Lisboa, Presença, 1994, p. 197.

11 José-Augusto França, *Natureza Morta*, Lisboa, Arcádia, 1961, pp. 30-31.

12 Castro Soromenho, *Terra Morta*, *ls.d.l.*, p. 3.

13 *Id.*, *ibid.*, p. 29.

14 Castro Soromenho, *op. cit.*, pp. 17-19.

15 França, *op. cit.*, 1961, pp. 80 e 82.

16 Soromenho, *op. cit.*, p. 24.

17 Soromenho, *op. cit.*, p. 14.

- 18 Cf. Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 200.
- 19 França, *op. cit.*, 1982, p. 214.
- 20 França, *op. cit.*, 1961, p. 39.
- 21 França, *op. cit.*, 1961, p. 130.
- 22 França, *op. cit.*, 1961, p. 24.
- 23 *Id.*, *ibid.*, pp. 206-207.
- 24 Alberto de Carvalho, “Les itinéraires de la défaite – dans *Natureza Morta e Chiquinho*”, in Maria Alzira Seixo (coord.) *A Viagem na Literatura*, Lisboa, CNCDP, 1997, pp. 26-27.
- 25 Lourenço, *op. cit.*, p. 201.
- 26 Alexandre Pinheiro Torres, “Dinâmica da natureza morta”, *Jornal de Letras*, 19 Julho a 1 Agosto, 1983, p. 14.
- 27 Aproveito e adapto aqui o movimento sugerido pela célebre frase de Salman Rusdhi, “the empire writes back to the centre”, que a crítica pós-colonial elegeu para designar as obras que os impérios escreveram às metrópoles para reclamar a independência. Retiro a expressão e refiro-me de início ao livro de Bill Ashcroft, Gareth Griffiths, Helen Tiffin, *The Empire Writes Back – Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1994. A adaptação deste conceito neste contexto
- retém essencialmente dois aspectos: o movimento da periferia para o centro que a frase-conceito indica e o aspecto crítico que caracteriza esta escrita.
- 28 Laura Cavalcante Padilha, *Entre Voz e Letra – O Lugar da Ancestralidade na Ficção Angolana do Século XX*, Niterói, EDUFF, 1995, p. 106.
- 29 *Id.*, *ibid.*, p. 117.
- 30 *Id.*, *ibid.*, p. 118.
- 31 *Id.*, *ibid.*, p. 108.
- 32 Castro Soromenho, *A Chaga*, Matosinhos, União de Escritores Angolanos/Contemporânea Editora, 1988, p. 186.
- 33 António Vieira, *Sermão de Santo António*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1978, (edição de Manuel Sousa Santos Alves), p. 41.
- 34 A referência é ao romance de Henrique Galvão, *O Vélo D’Oiro*, Lisboa, Livraria Popular, 1936 (1ª edição, 1933).
- 35 Cf. Boaventura de Sousa Santos, “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”, in Maria Irene Ramalho, António Sousa Ribeiro (org.), *Entre Ser e Estar – Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto, Afrontamento, 2001, pp. 61-63.